

O NOVO JORNALISMO ALTERNATIVO BRASILEIRO

Roberta Paz Tinti (IC) Prof. Dr. André Cioli Taborda Santoro (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie

RESUMO

O presente artigo científico tem como principal objetivo discutir e analisar o surgimento do novo jornalismo alternativo brasileiro que, por conta dos artifícios e opções disponibilizados pela internet e, conseqüentemente, pelas redes sociais, ganhou maior expressão e público nos últimos tempos. Um breve panorama histórico sobre a trajetória do jornalismo alternativo no Brasil foi traçado com o intuito de lembrar sua importância no passado e ressaltar sua relevância e reinvenção em sua nova fase. Além disso, foi realizado um estudo aprofundado sobre as características desse novo jornalismo, bem como as do jornalismo tradicional, e também uma comparação entre ambos. A fim de exemplificar esse estudo, a Agência Pública foi escolhida para representar o jornalismo alternativo e a Folha de S. Paulo, para o jornalismo tradicional. Também foi realizada uma reflexão e análise críticas sobre as matérias e reportagens realizadas por esses veículos sobre três grandes desastres socioambientais: o incêndio na Vila Socó, em 1984; o rompimento da barragem de Cataguases, em 2003; e o vazamento de petróleo na Bacia de Campos, em 2011. A discussão se insere num momento em que o fazer jornalístico enfrenta grandes mudanças, por conta não somente dos avanços tecnológicos, mas também, sobretudo, pela demanda de outras formas e fontes de produção jornalística.

Palavras-chave: jornalismo alternativo; jornalismo tradicional; internet.

ABSTRACT

This research paper aims to discuss and analyze the emergence of the new Brazilian alternative journalism that, due to the devices and options available on the internet and, consequently, through social networks, gained wider expression and public in recent times. A brief historical overview of the path of the alternative journalism in Brazil was drawn in order to remember its importance in the past and emphasize its relevance and reinvention in its new phase. In addition, it was conducted a detailed study of the characteristics of this new journalism, as well as of the traditional journalism, and also a comparison between them. In order to illustrate this study, Agência Pública was chosen to represent the alternative journalism and Folha de S. Paulo, to the traditional journalism. Also, it was held a critical reflection and analysis of news reports and articles carried by these vehicles on three major social and environmental disasters: the fire in Vila Socó, in 1984; the disruption of the dam of

Cataguases, in 2003; and the oil spill in the Bacia de Campos, in 2011. The discussion is set in a time in which the newsmaking faces major changes, not only because of technological advances, but also, above all, because of the demand for other forms and sources of journalistic production.

Keywords: alternative journalism; traditional journalism; internet.

INTRODUÇÃO

Para entender o contexto no qual se insere o ressurgimento do jornalismo alternativo brasileiro, optou-se por tentar entender o seu desenvolvimento dentro de um processo histórico para, então, observar como ele era em suas origens, como foi em seu desenvolvimento em diferentes épocas da história e como ele se apresenta nos dias de hoje – levando em consideração que, nos últimos 20 anos, mudanças significativas na forma de produção, propagação e compreensão da informação se instauraram num mundo saturado da mesma. Paralelo a isso, estabeleceu-se breves considerações sobre o comportamento e a postura do jornalismo tradicional e alternativo frente a alguns fatos de relevância nacional, justamente para tentar entender a postura dessas duas formas de se apurar e produzir informação. Esses fatos dizem respeito a três grandes acidentes socioambientais em diferentes espaços e temporalidades.

O veículo de comunicação tradicional escolhido, a Folha de S. Paulo, é uma das maiores empresas de comunicação do Brasil. Escolheu-se esse jornal por conta de seu papel de relevância na construção da ideia do que é jornalismo no Brasil e pelo seu status enquanto grande veículo que contribui de diversas maneiras para a construção de parte da história brasileira. É importante ressaltar que a Folha é reconhecida pela sua credibilidade e abrangência e, sobretudo, por ser um dos grandes porta-vozes da notícia e um dos principais intermediários entre fato e sociedade. Assim, é possível ter uma ideia do que a sociedade pensa desses fatos a partir da construção da notícia feita pelo jornal e entender como a sua maneira de produzir conteúdo contribui para a estruturação do imaginário social em relação aos fatos e ao fazer jornalístico propriamente dito.

Da mesma forma, a Agência Pública, por mais que seja nova no cenário jornalístico e tenha pouca expressão quando comparada com os grandes veículos, foi escolhida por ser referência enquanto meio alternativo e acredita-se ser um bom modelo daquilo que, em partes, é o comportamento oposto de boa parte da imprensa tradicional. Diferentemente desta, a imprensa alternativa se destaca pelo caráter mais investigativo e denunciativo dos fatos e abordagens.

A escolha de analisar a abordagem desses dois veículos sobre três grandes desastres socioambientais foi para entender a diferença entre as duas propostas. A produção desse trabalho se insere num momento de extrema relevância, uma vez que, tomando como base grandes desastres socioambientais, podemos tentar prever que nos próximos acontecimentos desse porte, se é que ocorrerão, a tendência é que tenhamos comportamentos e posturas similares. Talvez este trabalho reforce ou antecipe a atitude dos veículos no futuro, levando em consideração seu passado e sua história. Dessa forma,

tentar entender como a apuração e produção de informações acontecem é fundamental para tentar desvendar o que está por trás de ambos os projetos jornalísticos.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. O JORNALISMO BRASILEIRO E A IMPRENSA ALTERNATIVA

O jornalismo alternativo brasileiro coexistiu com o jornalismo tradicional em muitas épocas no decorrer da história, não só durante o seu apogeu na ditadura militar. Como afirma Bernardo Kucinski em seu livro “Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”:

Apesar de complexo, o fenômeno alternativo teve contornos nítidos no tempo, (...) entre os quais o dos pasquins irreverentes e panfletários do período da Regência, que atingiu o seu apogeu em 1830 com cerca de cinquenta títulos, e o dos jornais anarquistas de operários, meio século depois (1880-1920), com quase quatrocentos títulos. (2003, p. 21)

Mesmo em épocas distintas, esse tipo de jornalismo não tinha como objetivo o lucro, ou seja, apontava somente para a sua natureza política e repudiava qualquer caráter mercantil que a proposta poderia adotar (2003, p.18).

Em 1952, durante o período democrático do mandato de Getúlio Vargas, nasce o jornal Binômio em Minas Gerais. A publicação surge com cunho humorístico por conta da repressão que a mídia mineira sofria por parte do então governador Juscelino Kubitschek. Já nesta época eram discutidos, pelo jornal, temas pouco recorrentes ou inexistentes nos meios de comunicação – algo que continua, incoerentemente, até os dias atuais –, como o jornalismo em si, a publicidade e os movimentos sociais (MELO, 2014, *online*).

Depois dessa fase, Binômio, em 1956, adotou um teor panfletário devido ao caráter conservador e obsoleto do novo governador de Minas Gerais. Porém, as gráficas do estado não aceitavam mais imprimir a publicação e, para garantir sua continuidade, o jornal teve de se exilar no Rio de Janeiro. Em 1958, o jornal passou a ser semanário e a apresentar não somente humor, como também longas reportagens e denúncias contra o estado.

É notável que a imprensa alternativa ganhou mais força na ditadura militar no Brasil (1964-1985), sobretudo devido aos cerca de 150 jornais que surgiram e desapareceram nesses anos, todos traçando objeções inflexíveis ao regime, e também pela luta por alternativas contra os grandes veículos de comunicação que dominavam – e, coincidentemente, até hoje dominam – a maior parte dos espaços, por conta de seu caráter mercantilista, e pela diversidade (KUCINSKI, 2003, p.13 e 16). Essa rede de comunicação

alternativa se edificou sobre uma estrutura institucional despretensiosa e foi fundamental, apesar da intensa repressão, para a renovação e o desenvolvimento do fazer jornalístico.

O golpe militar de 1964 instituiu uma era na qual as liberdades, especialmente a de expressão, foram extremamente reprimidas. De acordo com Richard Romancini e Cláudia Lago no livro “História do Jornalismo no Brasil” (2007, p. 121), houve contribuição indireta do regime militar para o desenvolvimento da imprensa, ainda que o cenário da época implicasse na tentativa de controle desta para a validação do golpe. É nesse contexto que emerge a imprensa alternativa, a qual visava difundir informações que não foram e até mesmo não podiam ser levadas ao público pelos grandes veículos de comunicação com uma linguagem arrojada e ativa.

Romancini e Lago pontuam que:

É comum que esta imprensa seja associada à fermentação cultural ocorrida no país (e no mundo) nos anos 1960 e 1970. Os movimentos de maio de 1968, proclamavam a necessidade de colocar a “imaginação no poder”; os protestos contra a guerra do Vietnam (...), entre outros aspectos, fizeram parte do contexto que influencia diretamente este jornalismo. E no Brasil, é claro, uma ditadura a ser combatida. (2007, p. 140 e 141)

Ainda segundo os autores, a revista idealizada por Millôr Fernandes em 1964, *Pif-Paf*, foi a publicação precursora do período alternativo que surgiria durante a ditadura militar. Depois dela, nasceram, entre outras, *O Pasquim* (1969), *Bondinho* (1970), *Pato Macho* (1971), *Opinião* (1972), *Ex* (1973), *Movimento* (1975), *Versus* (1976), *Nós Mulheres* (1976), *Coojornal* (1976), *Em Tempo* (1977) e *Lampião da Esquina* (1978). Todas imprescindíveis para a caracterização do ciclo alternativo na época da ditadura.

Mesmo vigoroso, o jornalismo alternativo “não sobreviveu muito tempo após o início da abertura política, porém, tanto pelas pressões que sofreu, quanto pelo fato de que a grande imprensa passou a abordar os mesmos temas que ela, com melhores condições materiais” (2007, p. 121). No mesmo texto, os autores apontam que, além disso, outro fator que contribuiu fortemente para o fim do ciclo alternativo foi o deslocamento do “lugar social” dessas publicações no final dos anos 1970. Sindicatos, movimentos populares e associações da sociedade civil passaram a produzir alternativos. Aliado a isso, houve também o despontamento da imprensa partidária.

Contudo, depois de certo tempo e mesmo com uma realidade diferente da vivenciada durante a ditadura militar, grupos de jornalistas viram a necessidade de retomar e recriar o conceito de imprensa alternativa, principalmente por conta da dominação informacional dos grandes veículos de comunicação.

Assim surge, em abril 1997, a revista Caros Amigos. Jornalistas, publicitários e outros profissionais se uniram a fim de pensar um veículo que fosse contrário ao que se encontrava em circulação na época. O grupo almejava

Um conteúdo mais questionador, mais crítico e progressista, a volta do texto de qualidade e o cultivo dos aspectos artísticos da forma gráfica da revista, numa época em que a mídia grande promovia o modelo da revista alemã Focus e do jornal americano USA Today, com seus textos curtos e suas ilustrações cheias de cores e vazias de ideias. (AMIGOS, *online*)

Atualmente é possível encontrar ainda mais opções para essa vertente independente do jornalismo brasileiro. Com isso, houve uma abertura, ainda que pífia até o momento atual, no intrincado espaço midiático brasileiro para se repensar o fazer jornalístico e possibilitar o surgimento de alternativas aos meios tradicionais de veiculação de informação.

2. O JORNALISMO TRADICIONAL DE GRANDES MASSAS E O INTERESSE PÚBLICO

A crise do modelo tradicional de jornalismo, o qual se mantém relativamente organizado da mesma forma há tempos, é evidente e inevitável. “As novas tecnologias digitais afetaram o modo de produção jornalístico, agora pressionado pela necessidade de informação em tempo real ou, ‘uma notícia a cada segundo’” (ROMANCINI; LAGO, 2007, p. 217 e 218).

Não somente isso, como também a necessidade de se consumir conteúdo de maneira cada vez mais rápida fez com que o principal componente do jornalismo – o conteúdo de qualidade – se perdesse em meio a guerras por maiores números de público e acessos. O problema do conteúdo fica ainda mais claro devido ao frequente corte de gastos nas redações de todo o país, o que obriga as redações dos grandes veículos de comunicação a serem cada vez mais superficiais e rasas quando na produção de reportagens jornalísticas.

A perda dos princípios e valores essenciais para o exercício do bom jornalismo, como, por exemplo, a busca pela veracidade das informações e fontes, pela pluralidade no exercício da cidadania e pela transformação social, culmina na desvalorização dos produtos e, sobretudo, no distanciamento da prática jornalística do caráter de interesse público.

O país carece de meios que noticiem assuntos de interesse coletivo de forma livre e independente, sem medo de implicações por se tocar em assuntos “proibidos” por imposição de anunciantes ou de empreiteiras patrocinadoras de campanhas de candidatos ou cargos políticos. O bom jornalismo, com uma apuração rigorosa, que considere os pontos de vista de todas as instâncias envolvidas no assunto em pauta, com o jornalista indo a campo e investigando de forma analítica os possíveis desdobramentos, é uma prática que requer investimentos financeiros, cujos retornos se darão de forma mais branda. Quando o enfoque de uma publicação é a reportagem, o jornalismo propriamente dito e não a publicidade e o número de acessos e cliques, são poucos os que se aventuram a correr esse risco. (CRISTIANINI, 2015, p. 40)

A evidente hegemonia dos grandes meios de comunicação de massa, os quais são privados e majoritariamente controlados por apenas algumas famílias, escancara a urgência de um amplo debate acerca do papel do jornalismo, profissão que é extremamente necessária, e da regulamentação da mídia. Cada vez mais a diversificação e pluralidade de pontos de vista, a transparência e independência das reportagens e um jornalismo analítico e crítico são indispensáveis, não só para que o leitor possa formar suas próprias opiniões, como também para que a verdadeira alma do jornalismo não se perca numa atmosfera comercial e individualista.

3. O RESSURGIMENTO DA IMPRENSA ALTERNATIVA

Segundo Francisco José Bicudo Pereira Filho em seu livro “Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil”, “o termo ‘alternativa’ carregaria assim quatro elementos e significados: 1) algo que não está ligado às políticas dominantes; 2) uma opção entre dois projetos opostos e excludentes; 3) uma saída para uma situação complicada; 4) desejo de protagonizar transformações sociais” (2004, p. 64).

Tomando como base essas quatro definições, é possível inferir que a imprensa alternativa almeja algo além da simples propagação de fatos e informações para o público, que pauta o jornalismo feito pelos veículos tradicionais de comunicação. Ela busca um fazer jornalístico mais aprofundado, metucioso e até mesmo humanizado e que se alia ao atendimento do interesse público – algo que deveria ser o principal objetivo do jornalismo propriamente dito.

Assim, a evidente oligopolização do espaço midiático brasileiro proporcionou um cenário extremamente favorável para o ressurgimento da imprensa alternativa no país, porém, também esse cenário foi favorecido especialmente pela popularização de um novo recurso tecnológico a partir do final dos anos 90: a internet. Essa ferramenta revolucionou diversos setores, porém, representou, para o jornalismo tradicional, um momento de crise,

ao passo que a mesma significou o surgimento de infinitas possibilidades para o jornalismo alternativo (CARVALHO, 2011, p. 128).

Dessa forma, “a apropriação do espaço digital por meios não-hegemônicos pode ser feita de maneira a expandir as capacidades narrativas do jornalismo tradicional” (SILVA; ANDRADE, 2014, p. 140), possibilitando, com isso, a expansão da imprensa que foge do *mainstream*.

Manuel Castells, em seu trabalho “Internet e sociedade em rede”, já havia anunciado que “a Internet é – e será ainda mais – o meio de comunicação e de relação essencial sobre o qual se baseia uma nova forma de sociedade que nós já vivemos – aquela que eu chamo de sociedade em rede” (*apud* MORAES, 2003, p. 256). É em meio a esse cenário – o da sociedade em rede – que surge a nova imprensa alternativa brasileira.

“Compreendida como uma destas máquinas de guerra necessárias à democracia na sociedade contemporânea, a imprensa alternativa tem de ser capaz de expor as negligências e as falhas do projeto hegemônico constituído pelas classes dominantes” (SILVA; ANDRADE, 2014, p. 142). Ou seja, o ressurgimento deste fenômeno tem como principal objetivo se diferenciar dos grandes veículos de comunicação por meio da propagação de informações muitas vezes negligenciadas e rejeitadas por estes e adotar, sobretudo, uma posição voltada aos grupos e assuntos que possuem pouco ou nenhum espaço na mídia tradicional, o que dificulta um debate democrático que atenda ao interesse público e que seja justo para a sociedade como um todo.

Estes meios, apesar de na maioria das vezes não possuírem a repercussão e o alcance das grandes empresas, compõem a esfera pública e são iniciativas que visam colaborar na construção de uma comunicação mais plural, visualizando o jornalismo como um instrumento da cidadania (POSSEBON, 2011, p. 2)

Esse posicionamento é contrário ao das grandes empresas tradicionais e oligárquicas, as quais utilizavam seu poder para fazer do jornalismo uma ferramenta de alienação da população. A alienação, como afirma Nelson Werneck Sodré em “História da Imprensa no Brasil”, está pautada no pensamento homog neo dos veículos mais influentes de comunicação e não na diversidade. “Existe profundo divórcio entre o que o público pensa e acredita e necessita e aquilo que a grande imprensa ve cula. A alienação dessa imprensa (...)   total” (SODRÉ, 2011, p. 10). O motivo principal dessa condi   o é o desejo e o interesse da média e dos grupos dominantes em manter o *status quo*, isto é, a ordem já vigente.

Em virtude da insatisfação de grupos para com o pensamento e as a   es obsoletas dos conglomerados jornalísticos, pode-se dizer que, aos poucos:

O Brasil real, com a sua diversidade os seus problemas enormes, começa a repontar, definindo os seus traços e os seus rumos, nessa proliferação de jornais que contrastam, em tudo e por tudo, (...) a imprensa tradicional (...). A oligopolização é rompida, assim, pelo esforço descomedido dessa floração de jornais e revistas de menor porte, mas que refletem com mais clareza e justeza a paisagem social e política do país. Nos quais, inclusive e felizmente, os nossos problemas, que são aqueles que giram em torno da existência das classes menos favorecidas, vêm sendo discutidos e, em torno de cuja discussão, surgem as propostas convenientes aos interesses daquelas camadas da opinião que não encontram guarida nem vez na imprensa oligopolizada. Por outro lado, jornais que servem a aspectos e atividades parceladas da sociedade procuram preencher o vazio que aquela deixa, como se os problemas fundamentais não fizessem parte da realidade do nosso povo. (SODRÉ, 2011, p. 12)

4. O NEWSMAKING E OS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE

Para entender a principal distinção entre o jornalismo tradicional e o alternativo, é preciso se voltar para a pedra fundamental da prática jornalística. Os critérios de noticiabilidade, segundo Nelson Traquina no segundo volume de “Teorias do Jornalismo” (2005, p. 63), são “valores-notícia” comuns ao fazer jornalístico que formam um “conjunto de critérios e operações que fornecem a aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possui valor como notícia”.

Como analisa o autor, pouco mudaram esses valores no decorrer dos séculos e até os dias atuais, fazendo com que o modo de produção das notícias e como são apresentadas ao público seja sempre muito padronizada e protocolar. A relevância do trabalho dos jornalistas por vezes é encoberta pelos próprios, já que, desde muito tempo, alguns profissionais da área consideram simples seu ofício por serem classificados como meros mediadores e reprodutores de informação (2005, p. 61 a 63).

Esse paradigma se vê ameaçado atualmente por conta da necessidade de se fazer mais ao informar o público. Questiona-se se realmente apenas os fatos que se encaixam na lista de valores-notícia – que vão desde o tempo de duração de um fato, a sua abrangência e relevância, até o teor negativo de um acontecimento, seu caráter imprevisível e sua perenidade como notícia propriamente dita (GALTUNG; RUGE, 1965/1993 *apud* TRAQUINA, 2005, p. 69 e 70) – são efetivamente os únicos que podem e devem ser noticiados. Se assim for, não encontraremos pluralidade de visões e diversidade de posicionamentos nas publicações, mas, cada vez mais, nos depararemos com diferentes veículos produzindo conteúdos muito semelhantes. Em realidade, essas características são as que o público recebe continuamente.

Mais uma vez, em consonância com a formação da sociedade em rede de Castells, o avanço tecnológico e o surgimento da internet impactaram a maneira de se fazer jornalismo.

Traquina, no primeiro volume de “Teorias do Jornalismo”, observa que “o impacto tecnológico marcou o jornalismo do século XIX como iria marcar toda a história do jornalismo ao longo do século XX até o presente, apertando cada vez mais a pressão das horas-de-fechamento, permitindo a realização de um valor central da cultura jornalística – o imediatismo” (2005, p. 53).

Há claramente problemas inerentes ao jornalismo tradicional, sobretudo ao jornalismo impresso, devido à limitação clássica de espaço e tempo de apuração e produção de matérias. Assim, por conta das diferentes abordagens e formas de lidar com as informações, a imprensa alternativa surge como uma possibilidade interessante e uma maneira de mostrar que é possível fazer uma análise mais aprofundada de alguns acontecimentos de um jeito alternativo à mídia tradicional, uma vez que mídia alternativa se aproveita muito e bem dos recursos da internet – entre eles, as redes sociais, as quais os jornais impressos, por exemplo, só possuem acesso caso tenham versão eletrônica.

5. SOBRE A AGÊNCIA PÚBLICA

A seção “Quem Somos” do site da Agência Pública de Reportagem e Jornalismo Investigativo – cujos ideais e reportagens serviram de objeto de estudo e análise para a presente pesquisa – conta que o projeto nasceu da ideia de produzir um modelo diferenciado de jornalismo, sendo pioneira no Brasil. Fundada em março de 2011, a Pública é uma iniciativa sem fins lucrativos e busca outras formas de autogestão, sem que seja necessária a afiliação a, por exemplo, partidos políticos e outras instituições.

A proposta tem como principal objetivo desenvolver reportagens jornalísticas diferenciadas daquelas produzidas pelas grandes empresas de comunicação do país. Fundamentadas em apurações consistentes e tendo como princípio central a defesa dos direitos humanos, as reportagens são baseadas no interesse da população como um todo e também “sobre as grandes questões do país do ponto de vista da população – visando ao fortalecimento do direito à informação, à qualificação do debate democrático e à promoção dos direitos humanos”, segundo o site da própria agência. Para eles, “o jornalismo não está em crise – está em evolução”.

Além dos direitos humanos, os principais temas abordados são divididos em editorias intituladas Amazônia, Empresas, Ditadura, Jornalismo, Meio Ambiente, WikiLeaks, Transparência, Violência Policial e Internacional. São abordadas outras temáticas na editoria Da Redação! e produzidas coberturas especiais de determinados eventos. Os jornalistas também produzem outros tipos de reportagens jornalísticas na forma de documentários, por

exemplo. Todo conteúdo produzido pela equipe pode ser acessado gratuitamente no site da agência e também reproduzido livremente, desde que siga as regras disponíveis na página.

METODOLOGIA

A pesquisa apresentada neste projeto tem como principais finalidades o entendimento do reaparecimento do jornalismo alternativo que surgiu, sobretudo, devido à popularização da internet e a possibilidade aberta por este meio para o surgimento de novas linguagens para as produções jornalísticas; e a caracterização e compreensão deste movimento. Para tanto, foram utilizadas como objetos de análise a reportagem “O que vem depois do desastre?”, da Agência Pública, e reportagens do jornal Folha de S. Paulo sobre os mesmos tópicos. A pesquisa foi realizada seguindo os métodos explicativo e bibliográfico, isto é, respectivamente, com base na identificação de fatores que contribuem para a ocorrência do fenômeno anteriormente descrito e na leitura e análise dos títulos citados previamente e utilizados como referências bibliográficas e referenciais teóricos. Dessa forma, as seguintes proposições foram desenvolvidas:

- Leitura e análise dos livros utilizados como referência com a finalidade de entender os conceitos de Jornalismo Tradicional e Alternativo.
- Leitura e análise de matérias jornalísticas da Folha de S. Paulo e da Agência Pública sobre três grandes desastres socioambientais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objeto de estudo norteador desta seção da pesquisa foi a reportagem “O que vem depois do desastre?” escrita por Jessica Mota, jornalista da Agência Pública. Nela, a jornalista relembra três grandes desastres socioambientais que aconteceram no país – o incêndio na Vila Socó, em Cubatão, em 1984; o rompimento da barragem de Cataguases, em Minas Gerais, no primeiro semestre de 2003; e o vazamento de petróleo em alto mar, na Bacia de Campos, em 2011 – e denuncia a falta de atenção pública e, muitas vezes, até mesmo o descaso com relação aos desdobramentos sociais, ambientais e econômicos dessas tragédias. Tomando essa reportagem como ponto de partida, foi realizado um levantamento de matérias do jornal Folha de S. Paulo sobre os mesmos tópicos e, a partir da leitura e análise de ambas as coberturas jornalísticas, chegou-se à reflexão a seguir.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

1.1. INCÊNDIO NA VILA SOCÓ

No início da madrugada do dia 25 de fevereiro de 1984, um imenso incêndio irrompeu na altura do quilômetro 58 da Via Anchieta, onde se localiza a Vila Socó – como é conhecida a Vila São José, em Cubatão –, devido a um grande vazamento no oleoduto Santos-São Paulo. O número oficializado de óbitos foi de 93. Porém, de acordo com o Ministério Público de São Paulo e testemunhas que viveram o acontecido, os quais contestam o número apurado pela Polícia Militar até hoje, o incêndio matou ao menos mais de 500 pessoas, podendo o número chegar a 700. O inquérito policial, instaurado no mesmo dia, concluiu que o incêndio foi ocasionado por falha na comunicação e por falta de zelo. De acordo com a reportagem da Pública, o desastre ocorreu na verdade por conta da omissão de 24 homens, os quais sabiam dos riscos de vazamento do oleoduto e, ainda assim, negligenciaram a tomada de providências para realocação dos moradores. Somente sete dos envolvidos, que eram funcionários da Petrobras, foram condenados a um ano e sete meses de prisão. Em 2014, quando a tragédia completou 30 anos, foi pedido o desarquivamento do processo da Vila Socó. Entretanto, mesmo com a revisão das provas e novas audiências públicas, não houve novas punições. Três advogados ainda trabalham no caso a fim de buscar o devido ressarcimento das vítimas.

1.2. ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE CATAGUASES

Milhões de litros de rejeitos gerados na produção de celulose escorreram para o ribeirão Cágado e os rios Pomba e Paraíba do Sul – sendo este último o principal fornecedor de água para o estado do Rio de Janeiro – depois do rompimento da “Barragem B”, localizada no município mineiro de Cataguases, no dia 29 de março de 2003, chegando quase ao litoral carioca e atingindo o litoral da cidade Presidente Kenedy, no Espírito Santo. O Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema) declarou que os resíduos não eram tóxicos, porém, o Ibama afirmou que as substâncias eram extremamente nocivas e vetou por três meses a pesca nas regiões afetadas. Animais foram encontrados mortos devido ao consumo das águas contaminadas e muitas espécies de peixes foram extintas. A reportagem da Pública afirma que, conforme informado pelo Sisema, a indústria responsável pela barragem operava de maneira irregular desde 1978 até 1993, quando foi fechada. De 97 a 2003 a empresa funcionou sem licença, a qual foi conseguida somente em 2007. Assim como no incêndio, surgiram provas que comprovaram que já era conhecida a possibilidade de rompimento da barragem e que pediam sua desativação. Os então diretores da indústria foram presos preventivamente, mas logo depois conseguiram liberdade provisória. A

empresa foi multada e entrou na justiça contra a ação, porém, o processo ainda não foi julgado e permanece em curso.

1.3. VAZAMENTO DE PETRÓLEO NA BACIA DE CAMPOS

A cerca de 120 quilômetros da costa do Rio de Janeiro foi detectada, no dia 8 de novembro de 2011, uma grande mancha de petróleo causada por um acidente no Campo de Frade, na Bacia de Campos, o que provocou um vazamento de aproximadamente 3,7 mil barris de petróleo. De acordo com a investigação da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o derramamento foi causado por um erro no cálculo de pressão na perfuração do poço e também pela desconsideração dos riscos do procedimento. Como nos dois desastres anteriores, o vazamento também poderia ter sido evitado, segundo a apuração da ANP. A Chevron, empresa que explorava o poço, confirmou o vazamento um dia após sua detecção, porém, a companhia responsável pelo controle do poço só foi notificada no dia 10 e o vazamento só foi controlado no dia 13. A Chevron foi multada pelas irregularidades e pagou mais de 25 milhões de reais à ANP e mais de 48 milhões de reais ao Ibama pela degradação do meio-ambiente. As empresas envolvidas no desastre ambiental e seus executivos representantes sofreram processos do Ministério Público Federal, mas um acordo foi feito por meio do Termo de Ajustamento de Conduta, o qual exigiu medidas de compensação, e o processo foi encerrado. Vinte e uma pessoas foram acusadas de crime ambiental e dano ao patrimônio público, além de omissão, e o processo aguarda até hoje uma decisão.

2. ANÁLISE DAS COBERTURAS

Ao analisar os eventos a partir da perspectiva dos dois veículos apresentados, observamos que a Folha de S. Paulo tem uma preocupação muito maior em abordar o fato sem esmiuçar profundamente os elementos investigativos. A Pública, por sua vez, procura, por meio de uma análise mais crítica e minuciosa, trazer à tona questões relacionadas a todos os envolvidos e aos desdobramentos e processos jurídicos a partir deles. Notamos que são duas propostas muito distintas do ponto de vista do objetivo de cada veículo. Enquanto a grande mídia estudada praticamente se preocupa somente com fatos – que, na maioria das vezes, mantém-se na superficialidade jornalística –; a mídia independente aprofunda a discussão de uma maneira mais investigativa e ampla, o que, além de mostrar interesse em tentar entender o fato como um todo e em suscitar um debate, está muito menos relacionada e até mesmo menos subordinada a alguns interesses privados e políticos acerca dos acontecimentos.

Essa questão se torna evidente quando a Pública decide, mesmo não havendo efemérides dos acontecimentos tratados na reportagem, lembrar os três grandes desastres que aconteceram no país. É notória a liberdade que o veículo tem para fazer pautas que não são necessariamente atreladas a ganchos – mesmo que, nesse caso, o rompimento da barragem de rejeitos em 2003 e a impunidade que acompanha todos três desastres levem automaticamente ao caso da Samarco no final de 2015 – e, acima de tudo, a autonomia para efetivamente investigar os casos e falar abertamente dos desdobramentos de cada um, mesmo que estejam envolvidos nomes de grandes empresas e pessoas. Com isso, vemos que a Pública foge do jornalismo protocolar e padronizado que pauta os grandes veículos tradicionais de jornalismo e se aproveita desse viés para cumprir com seu papel de atender aos cidadãos e ao interesse público.

Desse modo, chegamos a outro problema relacionado ao estudo do jornalismo na atualidade. Como já foi ilustrado com a reportagem “O que vem depois do desastre?”, o jornalismo alternativo consegue amplificar um assunto mesmo quando ele já não atende aos critérios de noticiabilidade da mídia tradicional. Assim, é preciso questionar e entender esse modelo de *newsmaking*, saber o que é notícia e para quem determinado fato é noticiável e descobrir se as coberturas jornalísticas como as conhecemos hoje – muitas vezes compartimentadas e de rápido esgotamento – são realmente melhores. Partindo dos três grandes desastres, os quais ocasionaram mortes de seres humanos, da fauna e também da flora, torna-se evidente que “a morte é um valor-notícia fundamental para esta comunidade interpretativa” (TRAQUINA, 2005, p. 79). Porém, mais uma vez são ilustradas as carências do jornalismo tradicional, as quais, para Pereira Filho, categorizam

“Um jornalismo caduco e simplista, mais preocupado com a desconstrução da informação e com a leitura parcial, dirigida, pré-estabelecida, atomizada e fragmentada do mundo do que com uma perspectiva de serviço público contextualizador e panorâmico, que deve contribuir para a pluralidade e multiplicidade de visões e informações”. (2004, p. 16)

Fatos complexos exigem análises muito mais complexas e inter e multidisciplinares, as quais exigem tempo, paciência e meticulosidade. Com o volume de informações e a rapidez de sua reprodução para atender a demanda e a exigência do tempo real, é praticamente impossível um jornal que segue o modelo de *newsmaking* tradicional conseguir fazer uma cobertura e análise profundas de tal fato complexo. Os veículos tradicionais precisam noticiar rápido os fatos e transformar um assunto de difícil compreensão em facilmente digerível. Isso culmina na simplificação das análises e interpretações do problema para a consequente vazão veloz da informação e, sobretudo, na homogeneização e pasteurização da informação.

Como notamos na análise das matérias feitas pela Folha de S. Paulo, apesar de, logo após os três acontecimentos estudados, ter sido feito um levantamento e uma apuração relativamente grandes, para usar a expressão de Pereira Filho (2004, p. 17), há a “ode ao pensamento minimalista”. A cobertura da Folha sobre esses três desastres foi repetitiva em se tratando da diversidade de informações. A maioria das matérias traziam os mesmos dados, retratados praticamente da mesma maneira, o que, depois de certo tempo, não informa efetivamente, mas apenas apresenta uma ideia de falsa atualização do público.

É nesse contexto que o trabalho da Pública e de outros veículos alternativos se fazem extremamente indispensáveis, principalmente para cumprir com eficácia o papel do jornalismo democrático e cidadão. A necessidade de um jornalismo preocupado com uma análise mais cuidadosa e profunda dos fatos é evidente, uma vez que vivemos numa realidade que prioriza o furo jornalístico em detrimento da apuração bem feita. Ainda assim, o alcance das mídias alternativas ainda é menor que o alcance da Folha, por exemplo. É preciso entender que a proposta de veículos como a Pública é outra porque prioriza o esclarecimento ao alcance. A mídia tradicional precisa apurar rapidamente mais informações, mesmo que sejam repetidas e muitas vezes irrelevantes, e bombardear o público com elas, mas o problema é que, quando se trata de um assunto um pouco mais intrincado, ela muitas vezes se mantém na superficialidade das questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise e discussão feitas nesta pesquisa, pode-se inferir que cada vez mais o espaço para mídias alternativas à tradicional cresce à medida que há o avanço das tecnologias e o aumento ao acesso destas. Porém, sobretudo devido à necessidade crescente de existirem publicações mais plurais e que de fato busquem exercer a função democrática do jornalismo.

Com a reportagem de Jessica Mota, a Pública mostra, com base em dados e experiências passadas e indireta e conscientemente, que as histórias se repetem, tanto com relação aos desdobramentos dos grandes desastres, como também com relação ao enfoque e ao tratamento da história dado pela grande imprensa. Quando grandes acidentes acontecem, a tendência é que o comportamento da grande mídia não se apresente enquanto uma proposta denunciativa e investigativa, a qual busca efetivamente esclarecer os fatos. Por mais que exista a limitação espacial e temporal nos jornais impressos, como foi discutido anteriormente, isso não justifica posturas negligentes quando se trata em atender ao interesse público e, dessa forma, exercer o papel do jornalismo de fiscalizar a sociedade e denunciar os excessos como se é esperado.

A partir dessa perspectiva, nota-se que temos dois caminhos diferentes e possíveis a seguir quando se trata de grandes eventos que envolvem grandes polêmicas, interesses conflitantes e consequências que afetam populações, principalmente as desassistidas, e o ambiente no qual estão inseridas. De um lado está o caminho da horizontalidade, a qual tem como principal objetivo apresentar os fatos de maneira muitas vezes superficial e distante do objeto em questão, com um propósito mais restrito ao cumprimento de um protocolo jornalístico. Diametralmente oposto está o caminho da verticalidade, o qual significa um compromisso maior com o aprofundamento das investigações a fim de expor as reais causas, consequências e perspectivas futuras acerca do acontecimento.

Outra questão de relevância é a necessidade de realçar que o jornalismo alternativo é uma urgência dentro de uma sociedade cuja informação e a “verdade universal” estão concentradas nas mãos de algumas famílias e meios restritos. Esse monopólio da suposta verdade gera uma demanda numa sociedade cada vez mais plural e que almeja ser menos refém da mídia tradicional e centralizadora. Em meio a um fluxo informacional em crescente aceleração, é preciso uma parada e um respiro para acompanhar e compreender as mudanças que, por serem constantes, precisam de atenção e envolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMIGOS, Caros. **História da Caros Amigos**. Disponível em: <<http://carosamigos.com.br/index.php/historia>>. Acesso em: 28 out. 2015.

CARVALHO, Guilherme. **Jornalismo alternativo na Era Digital: análise de reportagens da Agência Pública**. Revista ALTERJOR – Ano 05, Volume 02, Número 10 – Julho/Dezembro 2014. Disponível em: <www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88327>. Acesso em: 18 maio 2016.

CASTELLS, Manuel. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de. *Por uma outra comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CRISTIANINI, Vania Daiana. **A internet como suporte para o jornalismo analítico e investigativo: análise de reportagens da agência pública**. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126698>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2003.

MELO, Mariana. **Jornal Binômio: do humor à perseguição política**. Carta Capital, 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/binomio-o-jornal-que-foi-do-humor-a-perseguido-politica-922.html>>. Acesso em: 28 out. 2015.

MOTA, Jessica. **O que vem depois do desastre?**. Agência Pública, 2016. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/03/o-que-vem-depois-do-desastre/>>. Acesso em: 26 jun 2016.

PEREIRA FILHO, Francisco José Bicudo. **Caros amigos e o resgate da imprensa alternativa no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2004.

POSSEBON, Alessandra. **Comunicação alternativa: uma reflexão sobre o jornalismo para além da grande mídia**. São Paulo: 2011. Disponível em: <www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj4-a2>. Acesso em: 10 mar. 2016.

PÚBLICA, Agência. **Quem somos**. Disponível em: <<http://apublica.org/quem-somos>>. Acesso em: 15 out. 2015.

ROMANCINI, Richard; LAGO, Cláudia. **História do jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SILVA, M. P.; ANDRADE, T. P. **Resistência na 'sociedade de controle': jornalismo alternativo e novas linguagens**. 2014. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/viewFile/5330/3634>>. Acesso em: 18 maio 2016.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo e Porto Alegre: INTERCOM e EDIPUCRS, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, Vol. 1, Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo**, Vol. 2, A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

CONTATOS: roberta.tinti@uol.com.br (IC) e andre.santoro@mackenzie.br (Orientador)